



CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8500093-46.2022.8.06.0067,  
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento, sem remuneração, do servidor JULIANO HIDEO ENOMOTO, Oficial de Justiça, matrícula nº 22.649, pelo período de 17/10/2022 a 17/02/2023, para participar de Curso de Formação Profissional do Concurso Público para provimento do cargo de Delegado da Policial Civil do Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, data e hora registradas no sistema.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2700/2022**

Dispõe sobre Gratificação de Representação de Gabinete para Militar

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8522364-56.2022.8.06.0000,

RESOLVE:

Art 1º - Adequar o valor da Gratificação de Representação de Gabinete para Militar, prevista na Resolução nº 14, de 05 de novembro de 2009, republicada no Diário da Justiça de 11 de novembro de 2009, bem como na Resolução nº 15, de 29 de setembro de 2022, do 2º Tenente PM ANTONIO CARLOS FELICIO SOUSA, matrícula nº 6578, de 10/05/2021 a

10/10/2022, período no qual esteve integrado às atividades da estrutura de segurança desta Corte de Justiça.

Art 2º - Reconheço a dívida de exercício anterior no valor de R\$ 4.399,52 (Quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com o art. 112, I, parágrafo único, e art. 113, da Lei Estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas pelo sistema.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2701/2022**

Dispõe sobre Cessação da Gratificação de Representação de Gabinete para Militar.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8526114- 66.2022.8.06.0000.

RESOLVE cessar, a partir de 12 de fevereiro de 2020, para o ST BM Francisco Gilson da Silva, mat. 5045, a Gratificação de Representação de Gabinete para Militar, prevista na Resolução nº 15, de 26 de outubro de 2022, em virtude do mesmo ter sido transferido para o 1ºBBM/3ªCIA, conforme publicação presente no BCG nº 031, de 13/02/2020, encerrando, assim, suas atividades junto à estrutura de segurança deste Poder Judiciário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas pelo sistema.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2702/2022**

Dispõe sobre Cessação da Gratificação de Representação de Gabinete para Militar.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8526120-73.2022.8.06.0000;

RESOLVE cessar, a partir de 28 de setembro de 2020, para o Subtenente BM Carlos Alberto Neto, matrícula nº 8819, a Gratificação de Representação de Gabinete para Militar, prevista na Resolução nº 15, de 26 de outubro de 2022, em virtude do mesmo ter sido transferido para o 1ºBBM/5ªCIA, conforme publicação presente no BCG nº 064, de 28/09/2020, às fls.04 do presente processo, encerrando, assim, suas atividades junto à estrutura de segurança deste Poder Judiciário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas pelo sistema.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### DESPACHO

Referência: Processo Nº 8500944-76.2022.8.06.0167e outros  
Assunto: Ajuda de Custo por Exercício Cumulativo de Função  
Interessado (a): Fábio Medeiros Falcão De Andrade e outros

Nos termos do art. 112, parágrafo único, I, e art. 113, ambos da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo o pagamento no valor total de **R\$ 8.272,54 (oito mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)** aos magistrados constantes do Anexo Único do presente expediente, referente à Ajuda de Custo por Exercício Cumulativo de Função, cuja despesa está vinculada ao primeiro grau de jurisdição.

Fortaleza, data e hora registradas em sistema.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### ANEXO ÚNICO

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME	PROCESSO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
1	2328	FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE	8500944-76.2022.8.06.0167	01 A 19 DE DEZEMBRO DE 2021	R\$ 4.805,37
				20 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
2	10244	RONALD NEVES PEREIRA	8500318-28.2021.8.06.0091	02 A 31 DE MARÇO DE 2021	R\$ 3.467,17
TOTAL R\$ 8.272,54					

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2022/GMF/VEPs

Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas não escolares nos estabelecimentos penais do Estado do Ceará.

O Desembargador Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, os Juizes de Direito da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, a Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal com competência em Execução Penal da Comarca de Juazeiro do Norte e o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal com competência em Execução Penal da Comarca de Sobral, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o a Lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, que estabelece a competência do Juízo da Execução Penal para decidir sobre a remição da pena (art. 66) e o direito da pessoa privada de liberdade à educação, cultura, atividades intelectuais e o acesso a livros e bibliotecas, ressaltando a finalidade de reintegração social por meio da individualização da pena (arts. 17 a 21, 41 e 126);

**CONSIDERANDO** o compromisso do Estado Brasileiro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que inclui o objetivo de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4);

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ nº 391/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade;

**CONSIDERANDO** a NOTA ORIENTAÇÃO TÉCNICA DMF/CNJ Nº 1 DE 04 DE JULHO DE 2022 sobre remição de pena pelas práticas sociais educativas destinada aos juízos de execução como vistas à efetiva implantação do direito à remição de pena pelas práticas sociais educativas, conforme a Resolução CNJ Nº 391/2021;

**CONSIDERANDO** a NOTA TÉCNICA Nº 72/2021/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, que tem a finalidade de apresentar manifestação do Departamento Penitenciário Nacional e do Conselho Nacional de Justiça sobre procedimentos quanto às ações de fomento à leitura, à cultura e aos esportes em ambientes de cárcere, integrando a política de educação para o sistema prisional;

#### RESOLVEM: